

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## II PAINEL - O INVESTIMENTO, O CRESCIMENTO E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### A Economia Portuguesa: Passado e Futuro

Rui Rio

*“O caminho a seguir tem que ser um crescimento pelas exportações ou substituição de importações e pelo investimento e pelo consumo público ou privado. O consumo é consequência positiva de uma boa performance na nossa produção.”*

“Obrigado pelo convite.

Vou fazer uma intervenção sobre aquilo que é a minha visão sobre o que foi a economia portuguesa nos últimos tempos.

Vão perceber, portanto, que vai ter que ser exatamente o contrário do que foi.

Os restantes membros do painel farão depois apreciações numa lógica menos macroeconómica.

Portugal chegou a esta situação económica por muitos erros que cometeu, naturalmente, mas eu elencava 5 grandes erros de Portugal que nos trouxeram a esta situação económica, particularmente difícil, que vivemos com muita intensidade, embora agora com menos, mas que nos condiciona fortemente.

A primeira razão que raramente se fala, é o facto de não termos aproveitado o período pré-euro e pré- moeda única. Explico depois exatamente o que quero dizer com isto. Este foi o primeiro grande erro, histórico até.

O segundo todos nós conhecemos. Foi o endividamento galopante da economia portuguesa nas suas versões pública e empresarial.

A terceira grande razão, foi o facto de termos acumulado durante muitos anos um fraquíssimo crescimento económico.

Depois duas outras razões, uma muito importante que raramente se fala, que é o facto de termos feito muita despesa pública, mas acima de tudo, não termos medido a qualidade da despesa. Há despesa pública boa e má e nós fizemos muita despesa pública sem medirmos efetivamente a sua qualidade.

Por fim, a concessão de direitos que fomos dando às pessoas e que sabíamos que no futuro não seriam sustentáveis, mas que por razões eleitoralistas ou populares, ficaria bem tomar determinada medida, sem prestar atenção ao futuro e às implicações dessas medidas.



SESSÃO DE ABERTURA  
José Ribau Esteves



SESSÃO DE ABERTURA  
Fernando Castro



SESSÃO DE ABERTURA  
José Carlos Caldeira



I PAINEL  
Os Novos Desafios para  
a Internacionalização  
António Silva



II PAINEL  
As oportunidades de  
negócio no mercado  
da Alemanha  
Simeon Ries



II PAINEL  
As oportunidades de  
negócio no mercado  
dos E.U.A.  
Graça Didier

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## II PAINEL - O INVESTIMENTO, O CRESCIMENTO E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### A Economia Portuguesa: Passado e Futuro

#### Rui Rio



I PAINEL  
As oportunidades de negócio no mercado da França  
Géraldine Dussaubat



I PAINEL  
Testemunho do Empresário  
Jorge Santiago



II PAINEL  
A Economia Portuguesa: Passado e Futuro  
Rui Rio



II PAINEL  
Fernando Alfaiate



II PAINEL  
Jorge Marques dos Santos



II PAINEL  
Jorge Portugal



SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
Fernando Castro



SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
José Ribau Esteves



SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
Eurico Brilhante Dias



CONCLUSÕES

Isto foi-se acumulando ao longo dos anos. Não estou a falar de nenhum ano em concreto, estou a falar ao longo dos anos e é isto que nos traz economicamente à situação atual, sendo por isso que temos que fazer diferente.

Existe uma outra razão que tem a ver com aquilo que costumo denominar de «crise do regime» e que tem a ver com a fraqueza do poder político, embora sejam questões muito importantes para explicar algumas decisões que se foram tomando, saem fora desta lógica eminentemente económica.

Porque é que digo que a primeira foi o não aproveitamento do período pré euro? A partir da segunda parte da década de 90, entre 1996 e 2000, tivemos três fatores que se conjugaram de forma francamente positiva e que nenhum de nós nesta sala irá ter a oportunidade de reviver e os nossos filhos também não.

Tivemos uma revolução nas taxas de juro do escudo. Estávamos no escudo e à medida que nos fomos aproximando da moeda única, a taxa de juro do escudo começou a caminhar para a taxa de juro do euro.

Isto significaria que caso aplicássemos esta poupança, na redução de taxa de juros, imaginemos que de 12% para 6%, este ganho aplicado ao stock da dívida daria uma poupança de despesa enorme. Uma coisa única que só voltará a acontecer quando formos para outra moeda única.

Caso tivéssemos feito isso durante o período em que tivemos grande crescimento económico, com taxas de crescimento grandes e com as receitas de privatizações brutais que tivemos no fim do século XX, teríamos reunido três fatores que são uma conjuntura altamente favorável e que, repito, dificilmente se repetirá nas próximas décadas, para não dizer séculos.

Quando começámos a caminhar mais assertivamente para o Euro, os mercados, o país e a Europa começaram a acreditar que iríamos conseguir.

Em 1995 tínhamos um défice do produto interno bruto de 5,2% e em 1999, à entrada do século XXI, e no início da moeda única, esses 5,2% passaram para 3%. Conseguimos cumprir com aquilo que nos era exigido para entrar na moeda única, mas com os ganhos que tínhamos conseguido, pelas razões que vos referi, podíamos ter trazido o orçamento para o equilíbrio.

Só os ganhos nos juros da dívida pública, motivados pela redução das taxas de juro traziam o défice para 2,7%. Mesmo que só se aproveitasse isto e nada mais, não tínhamos 3%, tínhamos 2,7%. A estes 3% ainda temos que somar aquilo a que se chama a «desorçamentação», que é o caso das SCUTS, ou seja dívida que estava escondida e que iria aparecer mais tarde, mas que no orçamento dos respetivos anos não aparecia. Se eram 3% em 1999, em 2000 eram 3,2% e em 2001 já eram 4,8%, mais a «desorçamentação».

Acho que vale a pena refletir sobre isto. Não é que vamos ter uma oportunidade destas, mas vamos ter outras oportunidades e se aprendermos com os erros, talvez não se repitam os mesmos e talvez saibamos aproveitar melhor as oportunidades que as diversas conjunturas nos podem oferecer, como em parte a que estamos a viver.

Eu acho que os erros disto derivam, na minha opinião, de dois fatores.

Em parte, por uma opção ideológica, em que se entendia que quanto maior fosse o nível de intervenção do Estado, mais aqueceríamos a economia e mais poderíamos crescer. Uma coisa um pouco ultrapassada hoje em dia, face à dimensão da dívida que muitos países têm, a começar pelo nosso.

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO



## II PAINEL - O INVESTIMENTO, O CRESCIMENTO E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### A Economia Portuguesa: Passado e Futuro

Rui Rio

Por outro lado, a simpatia eleitoral. Se utilizo dinheiro e faço despesa pública, faço mais coisas, sou mais simpático e ganho mais votos. Penso que foi isso que esteve por trás do mau aproveitamento daquilo que tínhamos à nossa disposição. Sendo que neste caso em particular, se começar a nomear quem são os responsáveis por isto, a responsabilidade é integralmente do poder político, aqui não há dúvidas!

Depois tivemos o endividamento galopante, a dívida externa bruta. Aquilo que o país, como um todo, deve ao exterior.

Houve na altura uma corrente de economistas consagrados que diziam que no cenário de moeda única não se coloca o problema do endividamento externo face à Europa, da mesma maneira que na altura do escudo ninguém falava da dívida externa do Minho ou do Alentejo, porque tudo estava no espaço do escudo de Portugal. Estando Portugal na Europa, dentro do espaço do Euro, também não haveria dívida externa relativamente à Espanha à, França ou a outros países do Euro.

Veio na prática mostrar que as pessoas que acreditavam nisso e tinham bagagem técnica para tal, não estavam completamente corretas, porque efetivamente a dívida externa continuou a contar.

Há um momento em que os mercados dizem ao país, no que concerne à dívida pública, «basta, não empresto mais», ou então a banca, que está em dívida pela mesma razão, diz «alto não empresto mais». Isto foi o que aconteceu.

Um dia e por essa razão tivemos de chamar a TROIKA, justamente devido a este princípio da desvalorização de endividamento externo.

Depois, também há uma coisa, que acho que, todos nós nesta sala tínhamos uma percepção que não correspondeu à realidade. Naquela altura achava-se que Portugal a partir do momento que entrasse para a Comunidade Económica Europeia, nos anos 80, seria como a Alemanha, como a Suécia ou como outros países evoluídos.

Depois de entrarmos, pensámos que seria sempre a crescer e sempre a melhorar. Mas veio a verificar-se que não. E isso leva a que as pessoas que tinham confiança no futuro, naturalmente tenham tido um comportamento diferente.

Tudo isso levou a que no início do século XXI, durante praticamente dez anos, tivéssemos todos os anos défice na balança, significando que todos os anos exportávamos muito menos do que aquilo que importávamos e, portanto, a nossa dívida era crescente. Durante dez anos, a 10% do PIB anual. Vejam bem a situação para a qual Portugal caminhou, sem que a tempo e horas se tocasse no travão para as coisas pararem.

Na prática o endividamento externo é o quê? É utilizar a poupança externa por falta de poupança interna. Reduzindo a poupança externa e não tendo a banca portuguesa poupança interna, terá que haver endividamento no exterior, procurando na poupança externa forma de poder emprestar cá dentro. Esta situação é sustentável até certo ponto. Nós passamos esse ponto muito para lá daquilo que poderíamos passar, havendo ainda hoje reflexos disso.

As três grandes componentes do endividamento são naturalmente o setor público, as empresas e as famílias.

O endividamento público é aquilo que o Estado gasta, que é o somatório de todos os défices. Todo os anos, desde 25 de Abril, que temos orçamento de Estado deficitários, não havendo um ano em que o Estado tenha recebido mais daquilo que gastou. Todos os anos gastou mais daquilo que recebeu.

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## II PAINEL - O INVESTIMENTO, O CRESCIMENTO E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### A Economia Portuguesa: Passado e Futuro

Rui Rio

Nós tivemos quarenta e três défices. Tínhamos 51% do PIB de endividamento público no início do século XXI. Agora temos 130%. Passámos de 51% para 130% e tenho aqui umas notas sobre a minha leitura das razões.

O endividamento das próprias empresas que em 1995 era 68% do PIB, no início deste século já era de 100% e quando a TROIKA chega, em 2011 já era 160%.

Chamo, no entanto, a atenção para uma questão, nem tudo é culpa do poder político. Aqui o poder político tem uma responsabilidade menor do que a banca, que neste caso, tem uma responsabilidade gigante.

Têm responsabilidade as empresas, que se endividaram para lá do que podiam, mas mais do que isso, tem responsabilidade a banca que não soube aferir a qualidade dos projetos dos empréstimos que conferiu.

E as famílias também têm a sua responsabilidade mais centrada na banca, que tinha um endividamento de 38% do PIB em 1995, 70% no início do século XXI e 102% quando a TROIKA chegou. Em 2015 já estava mais baixo, nos 85%. Não vi os últimos números, mas temo que já esteja a crescer outra vez.

Sendo o endividamento das famílias alto, pode não ser tão grave, porque deste 80% foi para compra de casa própria e, portanto, o ativo está lá, é útil e existe. Se fosse tudo para viagens ou para novas televisões, novos automóveis era diferente. Isso, corresponde aos 20%.

Se olharmos para a taxa de poupança bruta das famílias, em função do seu rendimento disponível e se recuarmos a 1960, vemos que nessa altura Portugal era um país onde encontrávamos gente descalça, na rua. Era um país pobre, mas que na década de 60, a taxa de poupança das famílias era de 4,9% do rendimento disponível. Em 1973, a queimar o 25 de abril, esta taxa tinha saltado de 4,9% para 22%. No início do século XXI os 22% estavam já em 11% e em 2015 estava em 4,5%, menos que em 1960!

Neste momento também já está ainda mais abaixo dos 4,5%, está já na casa dos 3%. Um país que não consegue ter uma taxa de poupança minimamente aceitável, não tem sustentabilidade para fazer um investimento, tendo necessariamente de se ir endividar e foi justamente isso que aconteceu e que tem como resultado o crescimento económico fraquíssimo.

Fraquíssimo é uma palavra que estou a usar com muita benevolência, porque se olharmos no panorama entre 1986 - ano de adesão de Portugal à CEE - a 2015, percebemos que nos primeiros 14 anos a economia portuguesa, entre 1986 a 2000, cresceu em termos reais 70% e entre 2001 e 2015, cresceu 0%.

Isto é pior, porque quando chegamos ao início do século XXI, depois de termos crescido 70%, chegamos lá com uma dívida pública de 51% do PIB, mas 14 anos depois, sem qualquer crescimento, a dívida já era de 130% do PIB. Não é fácil encontrar um país que se tenha endividado desta forma e onde a taxa de crescimento tenha sido nula.

Estou a falar até 2015, portanto, todos estes efeitos conjugados explicam as razões pelas quais Portugal passou aquela fase menos boa. Ainda hoje estamos altamente condicionados por todos estes erros. Temos de interiorizar que devemos olhar com muita atenção para o passado como forma de preparar o futuro, para que possamos corrigir e atuar no sentido de que as coisas não se repitam.

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## II PAINEL - O INVESTIMENTO, O CRESCIMENTO E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### A Economia Portuguesa: Passado e Futuro

Rui Rio

Uma das razões deste fraco crescimento económico tem a ver com o facto de todos nós, mas particularmente a banca portuguesa, ter apoiado a produção dos bens não transacionáveis, ou seja, bens que não se podem transacionar no mercado externo e que não são passíveis de serem importados ou exportados.

O facto de serem apoiados, fundamentalmente, esses setores, faz com que a nossa economia vá perdendo competitividade e vá agravando a sua balança de pagamentos, a sua balança externa.

O melhor exemplo é a construção civil. Foi concedido muito do crédito à construção civil, mas esse não é um setor transacionável. Em muitos casos, foram até, concedidos dois empréstimos: um para a construção e outro para a compra. Foram créditos canalizados para algo que não é transacionado no mercado externo, quando aquilo que Portugal precisava, precisa e precisará, é justamente robustecer a sua posição no mercado externo e a sua competitividade.

Temos que apoiar os setores competitivos que conseguem impor-se lá fora e vender lá fora; ou implementam-se cá dentro, fazendo por substituição de importações. Isto é algo que deve estar presente em todos nós se quisermos alterar aquilo que Portugal tem de fazer.

O caminho a seguir tem que ser um crescimento pelas exportações ou substituição de importações, pelo investimento e pelo consumo público ou privado. O consumo é consequência positiva de uma boa *performance* na nossa produção.

De referir a falta de qualidade da despesa pública. Isso é responsabilidade do poder político, não tem nada a ver com setores. Há boa despesa pública e má despesa pública. Para os que vieram da Região Norte como eu, passaram à beira de um investimento público que está abandonado e que é um foco de despesa.

A nós deixaram-nos o Mosteiro de Alcobaça, o Mosteiro da Batalha e nós vamos deixar estas grandes obras públicas. Dom Manuel I, mandou construir o Mosteiro da Batalha e alguém mandou construir o estádio de futebol, ou melhor 10 estádios de futebol, para um campeonato que durava 3 semanas.

Aqui temos a diferença entre o que é boa despesa e má despesa pública. Às vezes, há uma certa demagogia ao dizer que despesa pública é má, mas não, a despesa pública é necessária, em quantidade adequada, e acima de tudo, em qualidade.

Para terminar a quinta razão, a concessão de direitos sem sustentabilidade. Tem a ver com diversos setores da nossa sociedade como é o caso da segurança social.

Conheço pessoas que estão reformadas, com pouco mais de 40 anos. Naturalmente que isto não é sustentável para o futuro. Com a esperança média de vida a aumentar, como pode ser sustentável uma pessoa reformar-se com cerca de 50 anos?

Eu vi isso quando trabalhei na função pública. Isto é algo altamente irracional. Quando tomamos uma decisão, mais do que olhar para os seus efeitos no imediato, temos de olhar para os seus efeitos a longo prazo.

Isso é que é sermos solidários, sermos sérios e honestos com quem é mais novo e com quem nos vai suceder, sob pena de criarmos problemas à frente que não têm solução. É uma das razões, na minha opinião, que não só Portugal, mas muitos países fazem. Principalmente países do regime democrático por causa das eleições e da pressão, para se tentar ser agradável.

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## II PAINEL - O INVESTIMENTO, O CRESCIMENTO E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### A Economia Portuguesa: Passado e Futuro

Rui Rio

Tem de haver um esforço muito grande quando se fazem estas coisas, fundamentalmente medindo aquilo que será o efeito futuro das medidas que se estão a tomar.

Para terminar, não queria deixar de dizer que a principal responsabilidade de todas as coisas que disse é claramente do poder político.

Quando falo em poder político não me refiro ao partido A, B ou C. Refiro-me ao poder político como um todo.

A segunda responsabilidade é claramente da banca. Uma responsabilidade muito grande naquilo que Portugal passou e nos condicionamentos que ainda sentimos, embora não de forma tão gravosa como há alguns anos.

Depois há uma rede alargada de responsáveis que poderíamos citar. A TROIKA, e desculpem-me o desabafo, tem também responsabilidade a partir do momento em que entrou.

A forma como a TROIKA entrou em Portugal, petulante, arrogante, com a idealização que nos vinha ensinar tudo, que vinha fazer e acontecer, mas afinal os resultados não foram positivos. O PIB caiu quase 7%, o desemprego chegou aos 17%, baixámos pensões e salários, aumentámos a carga fiscal, o défice aumentou, bem como a dívida pública.

Apenas o défice externo melhorou, mas muito por mérito das empresas portuguesas e das suas exportações. É claro que a responsabilidade não é da TROIKA, mas pela exigência que nos apresentaram com que entraram em Portugal, esperavam-se resultados mais animadores.”